

MOÇÃO

Vamos derrotar a Municipalização da Educação

Após meses de completo secretismo, as escolas e os docentes começaram a ter conhecimento da negociação que o Governo tem vindo a realizar com alguns municípios, de um processo de transferência de competências para o poder local na área da educação, através dos designados Contratos interadministrativos de delegação de competências, a entrar em vigor no dia 1 de janeiro de 2015.

Essas reuniões foram entretanto alargadas às direções e presidentes dos conselhos gerais dos agrupamentos e escolas não agrupadas que tiveram entendimentos diferentes quanto à forma de divulgação e discussão do processo junto da comunidade escolar. Uns mantiveram o silêncio e o secretismo sobre os documentos, dizendo que não tiveram acesso aos mesmos; outros terão optado pela divulgação da informação a que tiveram acesso.

Com este processo o governo pretende concentrar nas autarquias um vasto conjunto de competências nas áreas das políticas educativas, da administração das Escolas/Agrupamentos, da organização curricular, pedagógica e administrativa, e da gestão de recursos (incluindo humanos). Esta proposta representa, em muitos aspetos, uma inaceitável intromissão na vida das escolas e dos professores, não obstante declarações de intenção em sentido contrário repetidas por governantes e autarcas, nomeadamente sublinhando a exclusão dos docentes deste processo de transferência de competências.

Da análise dos documentos que, apesar de todos os secretismos, têm vindo a ser conhecidos, a autarquia passa a interferir na esfera da autonomia profissional dos docentes quando, por exemplo, se propõe definir os “conteúdos, metodologias, atividades e avaliação” das componentes curriculares locais e ainda a poder contratar docentes para “projetos específicos de base local” e “proceder à gestão dos recursos docentes disponíveis entre os AE/E” do concelho. Por outro lado, com base no designado coeficiente de eficiência, o contrato prevê a bonificação, a repartir em partes iguais entre os municípios e o Governo por cada docente que consiga dispensar dos “estimados como necessários” pelo MEC para cada concelho.

Neste quadro, os docentes reunidos em plenário alargado realizado na EBI Dr. Joaquim de Barros em Paço de Arcos, no dia 2 de dezembro de 2014, recusam o secretismo do processo em curso e exigem que os órgãos de direção dos agrupamentos e escolas informem e discutam com os docentes o processo em que têm estado envolvidos e reafirmam as exigências constantes do texto da Petição entregue hoje pela FENPROF na Assembleia da República. Designadamente:

- exigem a suspensão imediata do processo em curso;
- opõem-se à ingerência das autarquias na organização curricular e pedagógica das escolas, assim como em matérias que dizem respeito ao ECD, nomeadamente ao nível do recrutamento, salários, carreiras, avaliação do desempenho, exercício da ação disciplinar ou qualquer outra tutela;
- exigem a abertura de um debate público alargado sobre a problemática da descentralização para o nível local e para as escolas, quer do ponto de vista das competências a transferir, quer dos órgãos que as devem assumir, no respeito por regras democráticas de funcionamento.

Finalmente, os docentes manifestam a sua firme disposição para, a não haver recuo no processo em curso, se envolverem em formas de luta de carácter local e/ou geral que forem consideradas mais adequadas no sentido de derrotar esta municipalização da educação.

Paço de Arcos, 2 de dezembro de 2014